

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS BASES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO CHILENO E BRASILEIRO: TENSIONAMENTOS ENTRE CATEGORIA JUVENTUDE, DEBATE ÉTNICO-RACIAL E ENSINO DE GEOGRAFIA

Raquel Almeida Mendes <sup>1</sup>

### RESUMO

A presente discussão se atém aos diálogos sobre juventudes escolares e documentos curriculares, mais especificamente juventudes na etapa do ensino médio no Chile e no Brasil, visando entender a condição juvenil atrelada às questões raciais e étnicas nas instituições de educação básica e sobre como o conhecimento geográfico escolar, segundo Turra Neto (2013), pode contribuir na experiência educativa destes jovens, enquanto campo capaz de possibilitar leituras do lugar e das identidades culturais inseridas nele. Nesse sentido, enquanto objetivo principal, buscamos compreender como a realidade social, econômica e cultural dos jovens brasileiros e chilenos tensionam os sentidos hegemônicos de juventude presente nas políticas curriculares do ensino médio vigentes. Os pressupostos metodológicos adotados para o alcance do objetivo dizem respeito a uma investigação de abordagem qualitativa, com enfoque nos procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental. Defendemos em nossas análises que o conhecimento geográfico, capaz de auxiliar e traçar caminhos explicativos plausíveis na compreensão das práticas espaciais de jovens, deve adentrar aos espaços da escola e do currículo em associação às questões de cidadania, justiça e equidade social e não como alvo de sentidos discursivos normativos e unicistas.

**Palavras-chave:** Juventude; Currículo; Ensino de Geografia; Relações Étnico-raciais; Aproximações Chile-Brasil.

### RESUMEN

Esta discusión se centra en los diálogos sobre la juventud escolar y los documentos curriculares, más específicamente la juventud de la escuela secundaria en Chile y Brasil, con el objetivo de comprender la condición de la vida juvenil vinculada a cuestiones raciales y étnicas en las instituciones de educación básica y cómo el conocimiento geográfico escolar, de acuerdo con Turra Neto (2013), puede contribuir a la experiencia educativa de estos jóvenes, como un campo capaz de permitir lecturas del lugar y las identidades culturales incrustadas en él. En este sentido, como objetivo principal, buscamos comprender cómo la realidad social, económica y cultural de los jóvenes brasileños y chilenos tensiona los significados hegemónicos de juventud presentes en las actuales políticas curriculares de la enseñanza media. Los postulados metodológicos adoptados para alcanzar este objetivo se basan en un abordaje cualitativo, con foco en procedimientos de revisión bibliográfica y análisis de documentos. En nuestros análisis, argumentamos que el conocimiento geográfico capaz de

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Curso de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, [almeidamendesraquel@gmail.com](mailto:almeidamendesraquel@gmail.com) ;

ayudar a trazar caminos explicativos plausibles en la comprensión de las prácticas espaciales de los y las jóvenes debe entrar en los espacios escolares y curriculares en asociación con cuestiones de ciudadanía, justicia y equidad social y no como objeto de significados discursivos normativos y unicistas.

**Palabras clave:** Jóvenes; Currículo; Enseñanza de la geografía; Relaciones étnico-raciales; Enfoques Chile-Brasil.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho está atrelado a reflexões oriundas de um estágio doutoral efetuado nos meses de abril, maio e junho de 2023, junto ao Departamento de Estudos Pedagógicos da Universidad de Chile, atrelado a pesquisa de doutorado “Juventudes e Ensino Médio: o raciocínio geográfico escolar no ensino das questões étnico-raciais”, desenvolvida desde o ano de 2021 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (PPGEO/IG/Unicamp).

Diante da possibilidade de intercâmbio de conhecimentos em uma instituição de referência nos debates que envolvem os temários da tese, visibilizamos a oportunidade de aprofundamento das questões concernentes a categoria Juventude e as inter-relações entre o contexto chileno e brasileiro no que diz respeito às peculiaridades do ser jovem e estudante. O efervescente debate acerca das juventudes no contexto latino-americano, sobretudo no enfoque sociocultural e nas considerações acerca das mobilizações juvenis, configurou-se como fator primordial para o intercâmbio de conhecimentos com a produção científica chilena.

Com a efetivação da bolsa de mobilidade internacional (DERI - Santander) e tendo como base os diferentes sujeitos e contextos escolares, a presente discussão se atém aos diálogos sobre juventudes escolares e documentos curriculares, mais especificamente juventudes na etapa do ensino médio no Chile e no Brasil, visando entender a condição juvenil atrelada às questões raciais e étnicas nas instituições de educação básica e sobre como o conhecimento geográfico escolar, segundo Turra Neto (2013), pode contribuir na experiência educativa destes jovens, enquanto campo capaz de possibilitar leituras do lugar e das identidades culturais inseridas nele.

As reflexões e investigações no contexto escolar ganham lugar de destaque tanto na proposta de tese, quanto no plano de atividades do estágio doutoral, por se tratar de importante espaço de sociabilidade juvenil, onde o caráter político da juventude ganha força e a prerrogativa das identidades dos jovens interpelam encaminhamentos pedagógicos a serem estabelecidos, sobretudo, na garantia de um processo educativo que produza subjetividades

rebelde (GABRIEL, 2018), ou seja, sujeitos inconformados, posicionados e cientes do seu lugar enunciativo.

Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2010) destaca que:

A escola possui a vantagem de ser uma das instituições sociais em que é possível o encontro das diferentes presenças. Ela é também um espaço sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos. Essas possibilidades do espaço educativo escolar precisam ser vistas na sua riqueza, no seu fascínio. Sendo assim, a questão da diversidade cultural na escola deveria ser vista no que de mais fascinante ela proporciona às relações humanas (p.01).

Portanto, os caminhos investigativos aqui adotados dizem respeito a reflexões e investigações no contexto escolar, ao qual segundo Ball, Maguire e Braun (2016), configura-se como um complexo espaço de disputas ideológicas e políticas em diferentes frentes: da superfície textual dos currículos aos artefatos escolares; da corporeidade dos seus sujeitos às suas ações e práticas sociais dentro e fora das escolas.

Somado a isso, também reconhecemos as similitudes no contexto educacional chileno e brasileiro, sobretudo na implementação e avanço de políticas neoliberais na educação, com enfoque, no caso desta investigação, na construção de currículos básicos nacionais motivados por discursos de melhoria da qualidade de educação e aumento da competitividade no mercado de trabalho. Em ambos os casos, a constituição do ensino de Geografia mediante o campo das humanidades traça fortes disputas contra a fragilização, fragmentação epistemológica e perda de território disciplinar (PEREIRA, 2015).

## **METODOLOGIA**

Os pressupostos teóricos adotados dizem respeito a uma investigação de abordagem qualitativa, com enfoque nos procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa qualitativa recusa legitimar-se aos moldes positivistas, explicações gerais e/ou modelos únicos de pesquisa. Nesse mesmo caminho, Minayo (2010, p. 57) ressalta que “as abordagens qualitativas melhor se conformam a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e análises de discursos e de documentos”.

Desse modo, na perspectiva de um estudo educativo comparado (FERRER, 2002), tecemos análises e reflexões acerca dos discursos sobre juventudes e diversidade étnico-racial presentes nas Bases Curriculares do Ministério de Educação do Chile correspondentes ao campo de Geografia, História e Ciências sociais dos cursos de 1º a 4º médio e da área de

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas referentes às etapas do 1º a 3º ano da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio brasileiro (BNCC).

Através desse corpus, averiguamos os sentidos de conhecimento geográfico presentes na formação dos jovens, público-alvo desta etapa e os encaminhamentos para a valorização e abordagem da diversidade étnico-racial presente na constituição territorial, cultural, de ambos os países, ainda que com suas peculiaridades.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A difusão de práticas neoliberais na educação brasileira e chilena tem resultado em cenários preocupantes de mercantilização da Educação que passa a ser vista e gerida, em grande parte, por uma lógica de empresariado, ou seja, a educação como apenas mais um dos setores da economia mediante as intervenções do mercado e da livre iniciativa em detrimento das responsabilidades do Estado (APPLE, 2001).

A municipalização das escolas no Chile, a instituição do sistema de vouchers e a implementação de avaliações em larga escala por empresas terceirizadas, evidenciam a ótica neoliberal ao qual estamos nos referindo. No Brasil, este mecanismo no campo educacional torna-se evidente, a exemplo, no avanço do setor privado no ensino superior, na participação de grandes conglomerados empresariais na definição de políticas educacionais e de apostilamento, dentre outras ações presentes na reforma do ensino médio (Lei nº13.415/2017). Desse modo, em ambos os países, é constituído um preocupante cenário de concentração de renda que se desdobra em alarmantes índices de desigualdade socioeconômica.

Os sujeitos escolares, dentro desse contexto instrumentalizado de administração de empresas e de lucratividade, tornam-se parte da engrenagem que retroalimenta a racionalidade econômica no campo educacional por meio de uma linha tênue entre mercado e escola, com destaque para o jovem estudante do ensino médio, última etapa do ensino básico e, portanto, materialização das ações neoliberais em curso. Dessa maneira, para exemplificar parte das reflexões do presente trabalho, destacamos três perspectivas comuns verificadas nessa análise conjunta das bases curriculares do ensino médio chileno e brasileiro e os sentidos de formação juvenil no tocante a cidadania e trato da diferença étnico-racial.

Considerar as experiências juvenis em espaços de desenvolvimentos geográficos desiguais, conforme destaca Harvey (2005), diz respeito a pensar a relação entre Juventude, direito à cidade, e produção capitalista do espaço, tendo no horizonte de análise a concretude

daquilo que tangencia o contexto social e cultural dos jovens, no caso desta investigação, a juventude imigrante duplamente segregada por questões de classe e nacionalidade, também dispõe da condição juvenil como fator que implica em inúmeros cenários socioculturais da juventude, em especial o cotidiano escolar.

A premissa de integração/inclusão ao qual a escola adota deve, sobretudo, considerar a realidade multicultural que implica as trajetórias e vivências atreladas a experiência juvenil migrante, tendo em vista que estes jovens não são apenas uma expressão do país de origem, sequer do país estabelecido no momento e as circunstâncias envolvidas nisso são agentes ativos que re-elaboram e ressignificam a complexidade das suas identificações sociais, sendo a escola um contexto que privilegia a observação desse fenômeno.

Nesse sentido, tendo em mente a importância dos artefatos curriculares e da escola na aproximação e acompanhamento de experiências juvenis e as similaridades políticas, históricas e culturais dos contextos chileno e brasileiro, estabelecemos algumas chaves teóricas que fundamentam nosso estudo comparativo e trata de alinhar os sentidos de conhecimento geográfico presentes na formação dos jovens, as ferramentas que a Geografia dispõe frente aos estudos juvenis e étnico-raciais nas bases curriculares do ensino médio, bem como as potencialidades pedagógicas ante a valorização e abordagem da diversidade presente na composição social, territorial, cultural, de ambos os países e suas particularidades.

### ***i) cooptação do ensino baseado em competências;***

A centralidade da organização das bases curriculares por competências e habilidades acarretaram em questionamentos acerca do modus operandi de uma pedagogia centrada no ajuste dos indivíduos a um determinado modelo de sociedade. É salutar que tal alinhamento pedagógico no ensino médio, etapa ao qual nos detemos a refletir neste trabalho, seja adotado na escola de modo a constituir sentidos de formação das juventudes em proximidade a uma formação para o mercado de trabalho desregulado e flexibilizado comum ao capitalismo informacional operante.

Perrenoud (1999) assegura que o ensino por competências tem sido cooptado pelo mundo do trabalho e, conseqüentemente, seus desdobramentos ao contexto escolar, secundariza conhecimentos válidos para uma formação crítica, pelo viés político e sociocultural, que se torna incipiente sobretudo no ensino médio mediante a diluição das ciências humanas e sociais, prerrogativa que discutiremos a seguir.

De acordo com Pereira (2015), a reforma curricular em curso no Chile, responsável por fragmentar e diluir o conhecimento geográfico desde sua constituição epistemológica, ou seja, na abordagem dos fenômenos socioespaciais, é resultado de um cenário eficientista que não se conforma com as pretensões de justiça educativa que o povo chileno insistentemente clamava nas grandes manifestações de rua, manifestações estas que, a despeito dos inúmeros significantes discursivos em foco, destacavam os processos de apagamento simbólico e físico da diferença, da negligência para com os direitos dos povos indígenas, das mulheres e LGBTQIA+, ou seja, uma disputa política que também diz respeito à diversidade juvenil e a contraposição de lógicas colonialistas. Em tom dialógico, na base curricular brasileira, com enfoque especial no ensino médio, temos uma Geografia desfigurada de suas particularidades e recortes teóricos, "[...] suas categorias de análise e conceitos, disciplinarmente construídos, foram diluídos em um conjunto de termos e abordagens estranhas à ciência geográfica – mas oriundas diretamente dos discursos economicistas e liberais" (GIORDANI, 2019, p.3).

Straforini (2018) também sai em defesa de um modo específico de leitura do mundo a partir dos fundamentos da Geografia, dialogando com os preceitos do raciocínio geográfico e avançando o debate rumo à discussão sobre práticas espaciais de significação discursiva. Para este, a Geografia escolar comprometida com a espacialidade dos fenômenos (relacionada aos conceitos estruturantes do espaço, escala e tempo), subsidia o entendimento das diferentes maneiras em que o espaço é concebido e das práticas espaciais resultantes disso, das relações e ações sociais demarcadas no espaço, ou seja, uma prática social.

### *iii) apagamento dos debates étnico-raciais*

Como resultado dessa Geografia diluída também temos uma fragilização da dimensão geográfica dos estudos étnico-raciais, resultando, em ambos os casos, em ruídos no entendimento da multiculturalidade comum aos processos de formação territorial brasileira e chilena, dos aspectos populacionais por critérios de raça, etnia e cor, negligenciando, inclusive, um elemento bastante caro a esses dois países que são os fluxos migratórios contemporâneos advindos de países africanos, latino-americanos e caribenhos, dentre outros discursos que possibilitam uma Geografia cidadã capaz de encaminhar debates sobre justiça social e práticas antirracistas.

A história chilena, da colônia a república, conta com grandes mudanças do ponto de vista demográfico, devido aos processos migratórios, inicialmente provenientes da imigração europeia até o incremento de imigrantes trabalhadores/as oriundos da própria América Latina, com grande expressividade para os peruanos nos anos 2000 e, no presente contexto, o intenso fluxo migratório de venezuelanos e haitianos (JAROCHINSKI-SILVA; BAENINGER, 2022).

O deslocamento de países do sul global para outros países sulistas, sobretudo os que estão em desenvolvimento, compõem um panorama de experiências muita das vezes pautadas na ilegalidade e na vulnerabilidade socioeconômica, dispondo de marcadores de nacionalidade e também de racialidade no que concerne a chegada de famílias completas com mulheres, crianças, jovens negros/as, agregando a esta dinâmica um fator ausente nos processos migratórios tomados como "ideais", "necessários", quando relacionados a homens brancos europeus (TIJOUX, 2015), ou seja, fatores que se complexificam a partir de elementos que não são somente o da nacionalidade, afinal, a perspectiva de gênero, assim como a racial e juvenil, ao qual damos ênfase nesse debate, expõe experiências e relações outras baseadas em prerrogativas atenuadoras das práticas de integração, negligenciando inúmeras dimensões simbólicas ligadas a experiência cotidiana, devido o alinhamento de práticas de hierarquização nacional, social e racial que acentuam a condição de fragilidade, dessa maneira:

El racismo que afecta a las personas afrodescendientes e indígenas tiende a agravar la vulnerabilidad, la violación de derechos y las dificultades de inclusión en los países de destino que experimentan los migrantes, particularmente aquellos que migran presionados por las condiciones de pobreza, desempleo, violencia o persecución política en sus países de origen (HOPENHAYN; BELLO, 2001, p.234).

A investigação sobre a dimensão migrante no contexto da juventude escolar chilena expõe uma das principais facetas do racismo e da discriminação racial que adentram a escola isso, claro, somado aos processos de xenofobia e discriminação antimigrante, levando-nos a refletir sobre a discussão de Xenoracismo ou xenofobia racializada, ou seja, sobre como os aspectos tomados no âmbito da repulsa ou aceitação de grupos estrangeiros não está alijado dos processos de colonização ainda fundantes das sociedades latino-americanas.

No caso brasileiro, é importante ressaltar que os marcadores raciais se fazem ainda mais evidentes em relação ao caso chileno, tendo em conta a composição populacional brasileira em mais da metade autodeclarada negra, no entanto, as articulações dos movimentos negros no campo educacional ainda reforçam a necessidade de implementar sistematicamente os saberes africanos e afrobrasileiros a partir da implementação das leis nº

e 11.645/2008, expondo um cenário de resistências aos silenciamentos ainda persistentes, responsáveis por manter a negritude em condição de subserviência.

No que diz respeito a BNCC, sobretudo a do ensino médio, vemos um currículo descolado das especificidades e demandas da juventude negra brasileira, corroborando, dentre muitos apontamentos, a exemplo, para uma conformação aos aspectos contemporâneos, tecnológicos e laborais alinhados ao capitalismo informacional que, por intermédio das economias de plataforma e uberização do trabalho, tem buscado constituir um exército de jovens vulneráveis, rendidos a ideologias do “empreendedorismo”, onde a desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas é a principal mola propulsora dos projetos de vida de jovens negros e pobres.

#### *iv) sentidos unicistas da formação juvenil*

Para Lopes (2019), o currículo composto por discursos de Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil, tal como a Base curricular brasileira (BNCC), preconiza escolhas e atribuem "modelos" de futuro que não apresentam diálogos contundentes com as singularidades juvenis, sobretudo com as especificidades de grupos juvenis negros que se inserem precocemente em contextos trabalhistas degradantes, fazendo com que o modelo de educação alinhado a pautas neoliberais de adaptabilidade e ajustes para o mercado de trabalho atuem como sinônimo de conformação institucional de itinerários vigentes que malefician grupos marginalizados.

Esse contexto de conformismo e negação dos cenários de acirramento da desigualdade social e étnico-racial é comungada pelas juventudes chilenas e brasileiras que lidam em seu cotidiano com o apagamento da presença negra, quilombola, mapuche não somente na escola, mas no desconhecimento de suas expressões socioculturais e territoriais em distintos contextos, configurando, na textualidade das bases curriculares, um sentido hegemônico de juventude indiferente aos marcadores da diferença e com encaminhamentos pedagógicos incipientes na formação para a cidadania.

As múltiplas realidades juvenis no Brasil escancaram um panorama de desigualdades. Os contextos e condições em nível material e social encaminham aos aspectos de raça, etnia, sexualidade, religião, pertencimento geográfico e outros marcadores que fazem da pluralidade um fator primordial na experiência da juventude no Brasil e no mundo. A repetição, ao qual optamos, em torno do caráter de multiplicidade/pluralidade tem a ver, sobretudo, com as indagações que nos mobilizaram na gênese da construção deste trabalho, os questionamentos

sobre como a condição juvenil brasileira, em toda a sua amplitude, estava sendo discutida na textualidade da BNCC.

Na arena das políticas curriculares de negociação de sentidos, em seu viés precário e provisório (LACLAU, 2006), as fixações parciais devem ser problematizadas, afinal, trata-se de configurações sociais articuladas de modo a considerar determinadas percepções de mundo, nesse caso, determinados sentidos de juventude na etapa do ensino médio. As restrições e controle dos projetos de vida dos/as jovens estudantes remontam a uma velha lógica instrumental, descontextualizada, que pode limitar as singularidades juvenis. Os sentidos que a BNCC tenta fixar para o significante juventude estão articulados equivalentemente, em suma, com a formação para o mundo do trabalho, tecnologia, cidadania, protagonismo e contemporaneidade, compondo uma visão universal não suturada, onde a juventude e seus projetos de vidas singulares se centralizam na significação do “jovem trabalhador” e demais desdobramentos oriundos desta ramificação (LOPES, 2019).

Os saberes geográficos atrelados aos sentidos discursivos que interpelam a formação do/da jovem na BNCC encaminham disputas em torno da educação cidadã, entendendo que ela não decorre meramente da apreensão de conteúdos estritos a escola, mas, através de “[...] contribuições da Geografia, o sujeito pode se constituir como cidadão, por meio das disputas pela significação do que é ser sujeito com direito alhures ou algures (COSTA, 2021, p. 15).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento geográfico capaz de auxiliar e traçar caminhos explicativos plausíveis na compreensão das práticas espaciais de jovens estudantes chilenos e brasileiros, bem como suas movimentações políticas, culturas juvenis e identidades territoriais, deve adentrar aos espaço da escola e do currículo em associação às questões de cidadania, justiça e equidade social e não como alvo de sentidos discursivos normativos e unicistas (PEREIRA, 2015) que negam ou atribuem ao jovem um caráter amorfo, vazio, onde não há aderência para o debate da diferença e da multiplicidade de experiências no viver, produzir e habitar o mundo.

Dessa maneira, acreditamos que o teor de instabilidade na constituição de uma agenda com enfoque nas práticas de inclusão dos estudantes negros, migrantes, e da implementação de pedagogias com base na interculturalidade, nos revela a contingencialidade das ações implementadas e presenciadas durante a investigação. Sem garantias de práticas genuínas e institucionalizadas para atuar não somente em ações evidenciadas pela ordem das discriminações explícitas, mas no olhar atento às relações entre os estudantes, de maneira

geral não será possível compreender quais sentidos de inclusão e justiça social previstos pelo projeto educativo são, de fato, promovidos, sua operacionalidade e impactos.

Acreditamos, portanto, que a inclusão e a construção de agendas interculturais nas escolas extrapolam o ensino do espanhol e da história e geografia chilena, ultrapassam meros mecanismos de adaptação e de construção de tipos ideais de imigrantes (aqueles que seguem uma certa "cartilha" de comportamentos e práticas), assim, saímos em defesa do desenvolvimento de currículos que incluem perspectivas e contribuições de diferentes culturas, da interdisciplinaridade como possibilidade para a abordagem das questões relacionadas a xenofobia e ao racismo em diversas frentes de conhecimento, assim como uma formação docente (inicial e continuada) capaz de refletir acerca das estratégias didáticas e pedagógicas alinhadas a escuta das juventudes (OLIVEIRA, 2015) e da implementação de abordagens que consideram as origens e experiências culturais diversas.

Os avanços mencionados no parágrafo acima estão atrelados às práticas docentes, ao currículo praticado, das ações efetivadas em sala de aula a partir dos pressupostos de um ensino que só carrega sentidos rumo à cidadania e a ação transformadora a partir do reconhecimento do sujeito de aprendizagem, das suas histórias e das suas identidades culturais.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. Reestruturação Educativa e Curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora: entrevista com Michael Apple. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, p. 5-33, 2001.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

FERRER, F. J.. **La Educación comparada actual**. Barcelona: Ed. Ariel, 2002.

GABRIEL, Carmen Teresa; MORAES, Luciane Stumbo. (Org.). **Currículo e Conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas**. 1ed. Petrópolis: De Petrus/FAPERJ, 2014, v. 1, p. 23-42.

GIORDANI, Ana. Geografia Escolar: neoliberalismo, necropolítica e as coisinhas do chão. **Revista Educação Geográfica em Foco** [S.l.], v. 3, n. 6, oct. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-13, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.



XV  
ENAN  
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA EM GEOGRAFIA

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. **Somos Jovens:** o ensino de Geografia e a escuta das juventudes. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

PEREIRA, M. G. El currículo como espacio político: la batalla de la Geografía escolar por recomponer un sentido. In: RABELO, K. S. P.; BUENO, M. A. (Orgs.). **Currículo, políticas públicas e ensino de Geografia.** Goiânia: Editora da PUC/GO, 2015. Cap. 5, p. 103-133.

TURRA NETO, Nécio. Geografia cultural, Juventudes e Ensino de Geografia: articulações possíveis. **Revista Formação**, v. 01, p. 38-56, 2013.